

## JOSÉ SARNEY FILHO Amazônia

O Ministério do Meio Ambiente deverá instituir, em poucos dias, novas medidas para o controle do desmatamento na Amazônia. Não se trata de um "pacote", mas sim da continuidade de uma política para a região, adotada desde os primeiros dias de minha gestão à frente do Ministério do Meio Ambiente.



**Idéia é gerar empregos, abrir novos mercados e melhorar a qualidade de vida**

Tal política está orientada para a construção de mecanismos ágeis e rigorosos de licenciamento e fiscalização do uso dos recursos naturais e para a concepção de um modelo de desenvolvimento viável, do ponto de vista econômico, e sustentável, do ponto de vista social e ambiental. A transparência das ações, a descentralização de competências e a participação dos setores interessados nas decisões têm guiado nossos passos até aqui.

Demos início a este processo proibindo, em fevereiro de 1999, o desmatamento em toda a Amazônia por 120 dias, durante os quais resistimos às pressões políticas e negociamos com os setores envolvidos uma agenda comum. As forças econômicas e sociais da região articularam-se, todas as dificuldades e críticas foram postas sobre a mesa e pudemos chegar a um entendimento, dividindo responsabilidades e estipulando compromissos, por meio de agendas positivas pactuadas com cada um dos Estados da região. Ainda em 1999, elaboramos toda uma nova estratégia de controle do desflorestamento que acabou por resultar na campanha "Amazônia Fique Legal". Trata-se do maior esforço de fiscalização já empreendido pelo Ibama, que reúne, pela primeira vez na história, governo federal, Forças Armadas e governos estaduais e municipais, para coibir o desmatamento ilegal e regularizar as atividades que exploram os recursos florestais da região.

A partir da parceria do ministério com os Estados foram concebidos dois novos modelos de organização administrativa para atender, de forma diferenciada, ao controle do desmatamento em grandes e em

pequenas propriedades. Em Mato Grosso, o órgão ambiental do Estado responsabilizou-se pelo licenciamento em propriedades acima de 200 hectares, por meio de um sistema inovador de monitoramento, totalmente georeferenciado, enquanto, no Acre, foi desenvolvido o modelo para regularizar o desmatamento em propriedades

de até 3 hectares, trazendo para a legalidade e a cidadania os pequenos agricultores, muitas vezes munidos apenas do direito de posse sobre suas terras, o que impedia que suas atividades pudessem ser licenciadas. Nessa ação também pudemos contar com a parceria do Ministério Público do Estado.

Essa nova abordagem tem mostrado que a aplicação da lei associada ao diálogo com os setores produtivos tradicionalmente degradadores traz resultados surpreendentes. Em Mato Grosso, uma redução significativa no desmatamento e nas queimadas ocorre ao mesmo tempo em que o Estado registra o maior índice de crescimento econômico do País, o que demonstra a total viabilidade do controle ambiental no processo de desenvolvimento. No Acre, além da inclusão dos pequenos na legalidade, foi efetuado um acordo com 22 empresas madeireiras para a adoção de planos de manejo em suas atividades.

Testados esses novos modelos de gestão descentralizada, pretendemos, a partir deste ano de 2001, implantá-los nos demais Estados da Amazônia, razão por que estamos editando novos atos normativos, em que dividimos responsabilidades de gestão com os Estados, regulamentamos os desmatamentos nas pequenas propriedades, criamos instâncias de decisão compartilhada com os setores produtivos, comunidades locais e ONGs para o monitoramento das autorizações de desmatamento, terceirizamos os serviços de informação georeferenciada e desburocratizamos os procedimentos para a aprovação dos planos de manejo florestal.

É importante lembrar que a concepção dessa nova sistemá-

tica só foi possível após termos regulamentado a Lei de Crimes Ambientais, que veio munir as autoridades com multas realmente intimidativas, capazes de convencer os empreendedores a regularizarem suas atividades. Outro fator indispensável na concepção desse novo modelo foi a análise cuidadosa que realizamos sobre as taxas de desmatamento, para, então, definirmos estratégias diferenciadas para realidades diferentes do território amazônico. Verificamos, por exemplo, que 108 municípios nos Estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia respondem por cerca de 70% do desmatamento, devendo para lá ser dirigidas as ações mais ostensivas, enquanto em outros locais cabe mais uma política de manutenção do ativo ambiental e em outros, ainda, uma ação prioritária de recuperação de áreas degradadas.

Mas a principal razão para crermos em novos tempos para a Amazônia vem das ações que temos empreendido para a promoção de um modelo de desenvolvimento, que, ao valorizar a floresta viva, gera empregos, abre novos mercados e melhora a qualidade de vida da população. O ministério tem estimulado a mudança nos padrões tecnológicos e gerenciais e a verticalização e o aprimoramento de atividades tradicionais, de forma a promover a valorização econômica da floresta. A atividade madeireira, por exemplo, deverá ser redirecionada para as florestas nacionais e para as novas florestas públicas de produção, onde a extração de madeira somente será feita conforme as diretrizes de planos de manejo sustentável. O turismo ecológico é outro setor prioritário de investimentos, por aproveitar a vocação natural da região, possibilitar enorme geração de empregos e renda e promover, ao mesmo tempo, a conscientização pela preservação do bioma. Também temos investido no aprimoramento da produção extrativista sustentável, visando até mesmo à exportação para nichos de mercado que valorizam o conteúdo ecológico das mercadorias.

Pensando ainda em substituir a extração não sustentável de recursos naturais pela internalização de cadeias produtivas, especialmente nos setores com maior conteúdo tecnológico, estamos coordenando o Programa Brasileiro de

Ecologia Molecular, que investe em infra-estrutura para a implantação de bioindústria na Amazônia. O imenso potencial genético, uma vez transformado, por mão-de-obra qualificada, em produto de alto valor, se tornará um poderoso argumento econômico para a preservação da floresta.

Apesar de todos esses investimentos, temos consciência de que não controlamos as decisões de outras áreas da administração pública cujas políticas exercem forte impacto sobre o bioma. Por essa razão temos buscado manter entendimentos e construir parcerias, com o intuito de contaminar todo o governo com os preceitos do desenvolvimento sustentável consagrados na Agenda 21. Dentre essas iniciativas, vale ressaltar a criação do Comitê de Ação Integrada para a Amazônia, composto pelo BNDES, Banco do Brasil, Basa, Suframa e Ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, da Integração e do Desenvolvimento. A idéia é que políticas públicas, tais como incentivos fiscais e mecanismos de fomento e crédito, internalizem, definitivamente, a sustentabilidade como parâmetro na tomada de decisão.

Como se pode observar não estamos interessados em responder à tendência histórica de ocupação da região apenas com medidas paliativas, mas, sim, plantando uma solução que se pretende duradoura para a Amazônia, pois envolve entendimento, inclusão social e modelo de desenvolvimento. Percebemos, no Brasil, o florescimento de uma sociedade amadurecida, que não mais se alimenta e se satisfaz com os artifícios de marketing tantas vezes utilizados para responder à inabilidade das administrações públicas, mas é capaz de reconhecer o mérito de ações governamentais concretas e de admitir a necessidade cada vez maior de sua participação na construção do futuro do País. É com essa sociedade que contamos para dar prosseguimento à política coerente que estamos conduzindo para a conservação do nosso patrimônio natural, não porque os países ricos assim o desejam, mas porque nós, brasileiros, assim entendemos ser necessário.

■ José Sarney Filho é ministro do Meio Ambiente